

BRASIL TELECOM S.A.
(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ/ME Nº 75.535.764/0001-43
NIRE 53 3 0000622 - 9

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Realizada no dia 28 de abril de 2006, às 10h00

(Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com o § 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76)

Data, hora e local:

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2006, às 10h00, na sede da Brasil Telecom S.A. ("Companhia"), na Cidade de Brasília - DF, no SIA SUL – ASP, Lote D, Bloco B.

Convocação:

Edital publicado nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, nos jornais: "Jornal de Brasília", "Valor Econômico" e "Diário Oficial da União", nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2006, respectivamente. Nos termos do artigo 131, parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, realizou-se, cumulativamente, a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia.

Presenças:

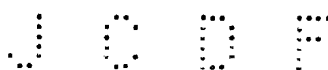
Presentes acionistas representando mais de **99% (noventa e nove por cento)** do capital votante da Companhia, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, ainda, representante da Companhia, Sr. Ricardo Florence dos Santos, do Conselho Fiscal, Sr. José Arthur Escodro, e do Auditor Independente KPMG, Marcelo Luiz Ferreira.

Mesa:

Verificado o quorum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, por deliberação de acionistas representando mais de 99% do capital votante da Companhia, foi instalada a assembléia, tendo sido eleitos, para a presidência e secretaria dos trabalhos, os Srs. Darwin Corrêa e Filipe Laudo de Camargo, respectivamente.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Brasil Telecom S.A., realizada em 28 de abril de 2006, às 10h00

Ordem do Dia:



Assembléia Geral Ordinária:

- (1) Tomar as Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005;
- (2) Deliberar acerca da propositura de ação de responsabilidade civil, nos termos da Lei 6.404/76;
- (3) Deliberar sobre a Destinação do Resultado do Exercício e a Distribuição de Dividendos;
- (4) Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, fixando-se a remuneração individual dos seus integrantes; e
- (5) Eleger membros titulares e suplentes do Conselho de Administração em decorrência da vacância de cargos, para complementação de mandato.

Assembléia Geral Extraordinária:

- (1) Fixar o montante global de remuneração dos administradores da Companhia;
- (2) Deliberar acerca da propositura de ação de responsabilidade civil, nos termos da Lei 6.404/76, com respeito a atos de gestão praticados em exercícios sociais anteriores ao exercício de 2005;
- (3) Deliberar acerca da proposta da Diretoria de aumento do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social, dando-se nova redação ao referido artigo;
- (4) Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, com respeito às matérias previstas nos seus artigos 24, VIII e 35, conforme propostas da Diretoria, bem como autorizar a consolidação do Estatuto Social; e
- (5) Deliberar acerca da proposta da Diretoria de emissão de debêntures.

Deliberações:

Por proposta do Presidente, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, a lavratura da ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária em forma de

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Brasil Telecom S.A.,
realizada em 28 de abril de 2006, às 10h00

sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

Também por unanimidade, foi dispensada a leitura das matérias constantes da ordem do dia da presente Assembléia.

Em seguida, o Presidente consignou o recebimento dos seguintes documentos: Ata de Assembléia Geral Extraordinária de Zain Participações S.A., Ata de Reunião Prévia dos Acionistas de Invitel S.A., da Ata de Reunião Prévia dos Acionistas de Brasil Telecom Participações S.A. e Ata de Reunião do Conselho de Administração de Brasil Telecom Participações S.A., todas realizadas em 27.04.2006, que ficam arquivados na sede da Companhia (Docs. 01 a 04), nas quais constam instruções de voto a serem seguidas neste conclave pelos acionistas a elas vinculados, nos termos do artigo 118 da Lei 6.404/76.

Preliminarmente à deliberação das matérias constantes da ordem do dia, a acionista Telecom Italia International N.V. apresentou manifestação (Doc. 05), que foi respondida pela acionista Brasil Telecom Participações S.A. (Doc. 06).

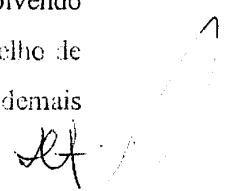
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária:

O Presidente propôs que fossem deliberados conjuntamente os **itens 1 e 2** da Assembléia Geral Ordinária e o **item 2** da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, o que foi aprovado por acionistas representando mais de 99% do capital votante da Companhia.

Com relação ao **item 1** da ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária, tendo em vista a proposta da Diretoria, a manifestação do Conselho de Administração, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer do auditor independente, restou aprovada a proposta da acionista Brasil Telecom Participações S.A. ("BTP"), no sentido de aprovar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria da BT, com ressalvas expressas (reprovação) aos atos de gestão dos ex-administradores, referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2005, conforme fundamentado em manifestação de voto da BTP (Doc. 07). Os acionistas Citigroup Venture Capital International Brazil, L.P. ("Fundo CVC"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ("Previ"), Fundação dos Economistas

Federais – Funcef (“Funcef”), UBS Pace International Emerging Markets Equity, The Master Trust Bank Of Japan Ltd Re MTB C400035147, Central States Southeast and South Areas Pens, Ford Motor Company Defined Benefit Master Trust, BT Pension Scheme, The Latin America Discovery Fund, Royal Mail Pension Plan e Norges Bank acompanharam a manifestação de voto da BTP, com abstenção da acionista Telecom Itália, que apresentou manifestação de voto em separado (Doc.08). Registrada a abstenção do acionista Antonio Cardoso dos Santos.

Com relação aos itens 2 das ordens do dia da Assembléia Geral Ordinária e da Assembléia Geral Extraordinária, tendo em vista a proposta da Diretoria, a manifestação do Conselho de Administração e as disposições da Lei 6.404/76, foi aprovada, por acionistas representando mais de 99% do capital votante da Companhia, a proposta da acionista BTP, consoante fundamentado em manifestação de voto (Doc. 09), pela propositura: (i) de ações de responsabilidade civil cabíveis contra ex-administradores de BT, com respeito a atos de gestão praticados no exercício de 2005 e em exercícios sociais anteriores, bem como de (ii) outras ações fundadas em fatos reportados à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no âmbito de representação formulada em 12 de dezembro de 2005 e de seus posteriores aditamentos, à vista dos elementos disponíveis e exame de relevância das mesmas contra os ex-administradores envolvidos nos ilícitos, sem prejuízo da responsabilização dos beneficiários desses atos, conforme venha a ser determinado pela atual diretoria. No âmbito da mesma manifestação, foi aprovado que BT fica autorizada a: (a) adotar quaisquer medidas cabíveis, inclusive preparatórias, ao ajuizamento das ações de responsabilidade civil acima indicadas, sendo ainda ratificados, para todos os fins de direito, quaisquer outros além daqueles atos já praticados para resguardo e promoção dos direitos e interesses da BT; (b) adiar ou suspender a propositura de quaisquer das ações de responsabilidade civil contra seus ex-administradores, se tal providência for devidamente justificada, inclusive por estratégia de natureza processual, como melhor forma de atender aos interesses sociais, sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 159 da Lei 6.404/76, e demais disposições legais aplicáveis. Adicionalmente, foi aprovado por acionistas representando mais de 99% do capital votante da Companhia que quaisquer transações, judiciais ou extrajudiciais, envolvendo os fatos e as ações ora aprovadas, dependerão de manifestação expressa do Conselho de Administração e aprovação prévia da Assembléia Geral, sem prejuízo das demais



aprovações necessárias, na forma da lei e do estatuto social, sob pena de nulidade e de responsabilidade dos administradores envolvidos.

Os acionistas Previ, Funcef, UBS Pace International Emerging Markets Equity, The Master Trust Bank Of Japan Ltd Re MTBC400035147, Central States Southeast and South Areas Pens, Ford Motor Company Defined Benefit Master Trust, BT Pension Scheme, The Latin America Discovery Fund, Royal Mail Pension Plan e Norges Bank acompanharam a manifestação de voto da BTP, com manifestação de voto contrário e abstenções da acionista Telecom Itália (Doc. 10). Registrada a abstenção do acionista Antonio Cardoso dos Santos.

Após tais deliberações, o Presidente colocou em discussão as demais matérias objeto da ordem do dia do conclave, tendo sido aprovado, por acionistas representando mais de 99% do capital votante da Companhia, o seguinte:

Assembléia Geral Ordinária:

Em relação ao **item 3** da ordem do dia, foi aprovada a proposta da diretoria para Destinação do Resultado do Exercício e a Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social de 2005 (Doc. 11), com abstenção da acionista Telecom Itália.

Relativamente ao **item 4** da ordem do dia, a acionista BTP indicou e elegeu como membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2007, as seguintes pessoas: Srs. **José Arthur Escodro**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade CRC/SP nº 1SP095428/o-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 712.687.408-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedro de Toledo, nº 980, 12º andar, conjunto 123; **Carlos Alberto Caser**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 472.625 SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 620.985.947-04, com domicílio em Brasília, Distrito Federal, na SCN Q2 Bloco A, 13º andar, Edifício Corporate Financial Center; e **Roberto Henrique Gremler**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade SSP/SP nº 8.270.220-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.729.258-17, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Almirante Saddock de Sá, nº 22, cobertura, para cargos de membros titulares do Conselho Fiscal, e como respectivos suplentes os Srs. **Hiram Bandeira**.

Pagano Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade OAB/RJ nº 121.648, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.074.717-14, com domicílio na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, salas 403 e 404; **Carlos Alberto Rosa**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 13.914.224 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 087.833.278-27, com domicílio em Brasília, Distrito Federal, na SCN Q2 Bloco A, 13º andar, Edifício Corporate Financial Center, e **Bruno Oliva Girardi**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade DIC/RJ nº 090.507.187, inscrito no CPF/MF sob o nº 086.071.937-59, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Prudente de Moraes, nº 762, apto. 102, cobertura.

O Presidente concedeu aos titulares de ações preferenciais sem direito a voto, o direito de eleger, mediante votação em separado, um membro efetivo e respectivo suplente, conforme o disposto no artigo 161, §4º, alínea “a”, da Lei nº 6.404/76, abstendo-se a acionista BTP e os demais acionistas presentes na assembléia e detentores de ações ordinárias, de votar em relação a esta matéria. Na forma do mencionado dispositivo legal, reuniram-se os titulares de ações preferenciais sem direito a voto e elegeram, por unanimidade, como membro titular o Sr. **Eduardo Grande Bittencourt**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF 003702400-06, portador da carteira de identidade RG 1005587934 SSP-RS, com domicílio à Rua das Andradas 1534, conj. 81, Porto Alegre – RS, e como respectivo suplente o Sr. **Francisco Sérgio Quintana da Rosa**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF/MF 095.664.300-00, portador da carteira de identidade n. 8008638994 SSP-RS, com domicílio à Rua João Caetano 300, Casa 104, Três Figueiras, Porto Alegre – RS.. Os acionistas preferencialistas reconhecem que a eleição do membro do Conselho Fiscal e de seu respectivo suplente foi realizada sem a participação do acionista controlador, seja de forma direta ou indireta. Os acionistas minoritários ordinaristas não elegeram o seu representante para o Conselho Fiscal. O Presidente registrou o recebimento do currículo dos conselheiros ora eleitos e demais documentos pertinentes. Foi aprovada proposta de fixação da remuneração individual mensal dos membros do Conselho Fiscal no montante de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Por fim, o Presidente colocou em votação o item 5 da ordem do dia. A acionista BTP indicou e votou pela eleição, em complementação de mandato, dos Srs. **Ricardo Ferraz**

Torres, brasileiro, solteiro, bancário, portador da carteira de identidade RG 054.235.00-7 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.699.217-09, com endereço na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 3º e 4º andares, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração, em virtude da renúncia do Sr. Fábio de Oliveira Moser, e **Kevin Michael Altit**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade OAB/RJ nº 62.437, inscrito no CPF/MF sob o nº 842.326.847-00, com domicílio na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, salas 403 e 404, para o cargo de membro suplente do referido colegiado, em decorrência da renúncia do Sr. Marcel Cecchi Vieira. O Presidente registrou o recebimento do currículo dos conselheiros ora eleitos e demais documentos pertinentes.

Em seguida, o Presidente concedeu aos titulares de ações preferenciais sem direito a voto o direito de eleger, mediante votação em separado, um cargo de membro suplente do Conselho de Administração, para complementação de mandato, em vista de vacância, conforme disposto no § 2º do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, e segundo o §4º, inciso II, do artigo 141 da Lei 6.404/76, abstendo-se de votar em relação à matéria a acionista BTP os demais acionistas presentes na assembléia e detentores de ações ordinárias. Assim, reuniram-se os titulares de ações preferenciais sem direito a voto e elegeram como membro suplente do Conselho de Administração o Sr. **Gregório Mancebo Rodriguez**, brasileiro, economista, inscrito no CPF/MF 569.973.618-20 e portador do RG 6.010.948 SSP-SP, com domicílio à Rua Estado de Israel 181, ap. 22, São Paulo – SP. Os acionistas preferencialistas reconhecem que a referida eleição em separado foi realizada sem a participação do acionista controlador, seja de forma direta ou indireta.

Assembléia Geral Extraordinária:

Com relação ao **item 1** da ordem do dia, os acionistas presentes, com abstenção dos legalmente impedidos, deliberaram por aprovar, com abstenção da acionista Telecom Itália, nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76, a remuneração global líquida dos Administradores no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), observados os critérios a seguir descritos: i) no montante global estão incluídos benefícios, ajudas de custo e Bônus da Diretoria; ii) do montante global estão excluídos encargos trabalhistas, verbas rescisórias e Plano de Outorga de Opção de ações.

No que tange ao item 3 da ordem do dia, os acionistas presentes, aprovaram por maioria, vencida a acionista Telecom Itália, que apresentou manifestação em separado (Doc. 12), a proposta da Diretoria com relação ao aumento de capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social (Doc. 13). Em decorrência da aprovação foi aprovada nova redação para o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia:

“Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 800.000.000.000 (oitocentos bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto”.

Com relação ao item 4 da ordem do dia, foi aprovada, por unanimidade, com manifestação em separado da acionista Telecom Itália (Doc. 14), proposta apresentada pela Diretoria, para alteração dos artigos 24, VIII e 35 do Estatuto Social da Companhia (Doc.15), que passarão a ter as seguintes redações:

“Artigo 24 – Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração: (---) VIII - autorizar a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da Companhia, cujo valor individual do bem seja igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), valor esse reajustado, a partir de 30 de setembro de 1999, com base na variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) ou, na falta deste, pelo índice que venha a substituí-lo.”

“Artigo 35 - O Conselho Fiscal se reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário”.

Os acionistas autorizaram a diretoria da Companhia a efetuar todos os atos legais e societários para a implementação e consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações estatutárias deliberadas nesta Assembléia.

Por fim, com relação ao item 5 da ordem do dia, foi aprovada, com abstenção da acionista Telecom Itália, proposta da Diretoria de programa de distribuição de

debêntures pela Companhia (Doc.16), no montante máximo de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com prazo máximo de até 2 (dois) anos contados da data de arquivamento na CVM (“Programa de Distribuição”), bem como a 1.ª emissão, no âmbito do Programa de Distribuição, de debêntures simples, para subscrição pública, nominativas, escriturais, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de reais), representado por 108.000 (cento e oito mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão, sujeito tal valor à elevação em até 35% (trinta e cinco por cento) em virtude do exercício, pela Emissora e/ou pelos Coordenadores, das faculdades previstas nos no artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400 e no artigo 24 da Instrução CVM 400 (a “Opção de Lote Suplementar”), em série única. As debêntures farão jus a remuneração da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (a “Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos a ser definida em processo de *bookbuilding*, observada a taxa máxima que vier a ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Os Srs. Acionistas aprovaram, ainda, a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, inclusive para modificar tais condições do modo que julgar mais conveniente, bem como sobre a oportunidade de emissão das debêntures. O Conselho de Administração fica autorizado a delegar à Diretoria da Companhia poderes para a ratificação da taxa que vier a ser obtida no *bookbuilding*, desde que dentro dos limites previamente aprovados pelo Conselho de Administração. A Diretoria da Companhia fica autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das debêntures, bem como a contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, agências de classificação de riscos e outros, bem como a assinar a escritura de emissão e todo e qualquer documento necessário para a realização da emissão ora aprovada.

Aviso aos Acionistas:


A Companhia comunicou que as publicações previstas na Lei nº 6.404/76 serão feitas nos seguintes jornais: “Jornal de Brasília”, “Valor Econômico” e “Diário Oficial da União”.

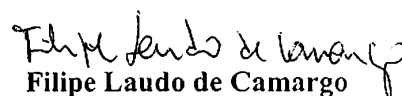
Encerramento:


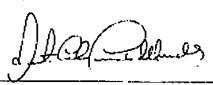
Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pelos acionistas que constituíram o quorum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas.

(Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio da Companhia)

Brasília, 28 de abril de 2006.


Darwin Corrêa
Presidente


Filipe Laudo de Camargo
Secretário

	JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/05/2006 SOB Nº: 20060202068 Protocolo: 06/020206-8 Empresa: 53 3 0000622 9 BRASIL TELECOM S/A	 ANTONIO CELSON G. MENDES SECRETARIO-GERAL
--	---	--